

UNIVERSIDADE E REGIÃO

*Moema Maria Badaró Cartibani Midlej**

*Nadia Hage Fialho***

Resumo: O presente trabalho objetiva tecer comentários acerca do papel que as universidades desempenham nas regiões onde estão inseridas, ressaltando sua importância nas ações que assumem quando comprometidas com a realidade local a que servem, criando sua territorialidade. Tendo como base a discussão conceitual do termo “Região”, sob diferentes enfoques teóricos e da utilização do espaço regional como exercício de poder, infere-se que a materialidade da regionalização é obtida segundo critérios que destacam a possibilidade de operacionalização de políticas específicas e intervenções planejadas e a Universidade como lugar privilegiado na relação do Estado com a Sociedade, para reprodução e preservação da ideologia dominante. As universidades identificadas com o perfil regional ancoram seus projetos acadêmico-institucionais em projetos voltados para a construção de um saber vinculado à realidade local, mas sem perder de vista seus valores universais.

Palavras-chave: Universidade. Região. Territorialidade. Ensino Superior. Critérios de Regionalização.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, Universidade e Região – Diretório CNPq. E-mail: midlej@uol.com.br.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Professora da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Universidade e Região – Diretório CNPq. E-mail: nadiafialho@uol.com.br.

Introdução

A instalação de uma instituição universitária em determinado lugar ganha contornos socioespaciais pela incorporação do contexto econômico, político, cultural e histórico do seu entorno nas funções que exerce, assumindo importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento, articulados com a utilização dos espaços regionais.

A Universidade tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos de inovação tecnológica, de produção e difusão da ciência e cultura, ocupando lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico, qualificando os diferentes níveis de ensino do próprio sistema educacional, além de desempenhar uma pluralidade de funções em termos de formação acadêmico-profissional.

Ico e Fialho (2000, p. 114-116) discutem que:

A universidade, que em muito contribuiu para o avanço da ciência e da tecnologia – as quais servem, inclusive, de sustentação direta para o atual padrão de desenvolvimento – tem, diante de si, desafios ainda maiores como os de lidar com os efeitos que o próprio desenvolvimento vem imprimindo sobre a vida social, o meio ambiente e as pessoas.

Assim, além de encontrar caminhos que promovam transformações em direção à melhoria da qualidade de vida das sociedades, às universidades cabem atribuições de articulação entre saber científico e realidade, no mais amplo aspecto da sobrevivência da espécie humana. A multiplicidade de funções exige das instituições universitárias sua adequação a dinâmicas sociais específicas de cada localidade.

A articulação entre Universidade e contexto regional remete à consideração de que a localização geográfica constitui-se um importante indicador da inter-relação existente entre os fatores que particularizam as instituições universitárias, quando analisadas nos seus contextos locais. O sentimento recíproco de pertença que se estabelece nessa articulação confere à Universidade sua territorialidade, desafiando pesquisadores a encontrarem formas de análise que dêem conta dessa complexidade, considerando a materialidade do objeto de estudo.

Entretanto, a materialidade da regionalização como objeto das heterogeneidades particulares da sociedade, no que permite ao conhecimento

vislumbrar teorias originais com validades universais, remete a dificuldades no delineamento das categorias a serem consideradas, frente ao caráter multifacetário da configuração espacial, na sua construção histórica, conforme discute Carlos:

A paisagem não é só produto da história; ela reproduz a história, a concepção que o homem tem e teve do morar, do habitar, do trabalhar, do comer, do beber, enfim, do viver. Como determinar as diferenciações que existem a partir de cada elemento da relação entre os membros da sociedade? Como articular o “novo” e o “velho”, o “rico” e o “pobre”, o “singular” e o “universal”? (CARLOS, 1994, p. 46).

Essas questões têm desafiado estudiosos de diferentes correntes, ao longo da história do conhecimento em geral e do conhecimento geográfico em particular, tendo em vista seu objeto de estudo – o espaço – particularizado topologicamente, promovendo amplo debate acerca da construção do conceito de Região, o qual revela seu caráter polissêmico sob diversos enfoques epistemológicos, resultando em amplo leque conceitual do fenômeno regional.

Santos (1997, p. 45) afirma que “Estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas, etc. com seus mais distintos níveis de contradição”. Por essas razões, no debate acadêmico que se estabeleceu sobre a existência de regiões, diversas concepções são postas para significar realidades regionais subjacentes.

No presente trabalho, buscou-se situar conceitualmente os tipos de regionalização utilizados para delimitação do espaço local e a compreensão das noções fundantes dos diversos termos de domínio interpretativo da geografia e, posteriormente, a articulação analítica desse *corpus* com a emergência de universidades em determinados espaços.

A região e suas significações

A idéia de região, sob qualquer conteúdo que lhe seja conferido, relaciona-se com a noção de espaço. A polissemia da palavra permite uma intrincada rede de sentidos apropriados a diferentes acepções, a diversas áreas do conhecimento ou a diversas situações da existência. Entretanto, para compreensão das análises aqui desenvolvidas, o “espaço geográfico” é privilegiado e entendido, como se refere Corrêa (2001, p. 15), como uma

expressão que está “associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada pela sua natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência à simples localização”.

Concordando com Rosa Godoy Silveira, a conceituação de Milton Santos dá a atual dimensão do significado de espaço, que alia à visão topológica a dimensão temporal para significar a representação do conceito, para o qual:

[...] O Espaço como espaço social, produto da ação humana, uma natureza socializada que, por sua vez, interfere no processo social não apenas pela carga de historicidade passada, mas também pela carga inerente de historicidade possível de ser construída, na medida que é instância de determinação no movimento do real, de transformação deste último, em outras palavras, de determinação na História a ser construída (SILVEIRA, 1990, p. 28).

Estudiosos admitem que a troca da atividade humana, de nômade para localizada, constitui-se a primeira ligação estável do homem com o espaço que o circundava. Esta importante alteração na relação do homem com a natureza possibilitou-lhe a transformação do cenário natural para um cenário construído.

Leite (1994, p. 14) atribui à percepção da diversificação dos lugares, que implica em desenvolvimento de técnicas com utilização dos recursos disponíveis em determinados lugares, o início do processo de regionalização. Para o autor, “o processo de diferenciação de áreas, ou regionalização, inicia-se mediante contatos comerciais, migrações e conquistas”.

As transformações das atividades desenvolvidas pelo homem, entretanto, trouxeram a necessidade de modificação das conceituações de região, tendo em vista a crescente complexidade dessas atividades, em razão dos avanços culturais, científicos e tecnológicos incorporados aos sistemas de produção e das mudanças dos arranjos organizacionais experimentados por diversos grupos sociais, ao longo do tempo.

A concepção de região na história do pensamento geográfico, portanto, tem sido submetida a estruturais mudanças em função dessas transformações que ocorrem no mundo e fazem com que os conceitos sejam repensados a fim de se aproximarem mais da interpretação do real.

A partir da noção de espaço produtivo das primeiras civilizações, ligada ao ritmo da natureza, o conceito evoluiu da concepção de espaço estável,

limitado às possibilidades dos seus territórios, para uma noção que concebia o controle das estruturas instaladas em centros, onde se produziam intercâmbios, em decorrência dos fluxos de comércio. Leite (1994, p. 16) assinala que “[...] em Roma, a diversificação das relações com o entorno, que resultou do intercâmbio comercial, terminou por criar a base de uma estrutura espacial regionalizada”. Assim, o processo de diferenciação de áreas iniciou-se por meio dos contatos comerciais, migrações e conquistas.

A emergência da noção de região deu-se no Império Romano, quando a necessidade de articulação entre o poder centralizado e sua extensão sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial, exigiu a segmentação do espaço. Essa necessidade histórica, segundo Balbim (1996), identifica a região como uma funcionalização do poder, que surge como um ato político.

A questão é retomada na primeira aproximação sistemática do conceito, que foi apresentada no século XVIII, com o surgimento do Estado Moderno, cuja legitimação se deu a partir de uma união regional, e com os fundamentos da então criada ciência geográfica, quando geógrafos consideraram as bases políticas como inadequadas para descrição do espaço e buscaram áreas “mais naturais”.

A região natural, conceito abarcado pela corrente determinista ambiental, é aquela em que

[...] as condições naturais, especialmente as climáticas, e dentro delas a variação de temperatura ao longo das estações do ano, determinam o comportamento do homem interferindo na sua capacidade de progredir (CORRÊA, 1995. p. 9).

Esta concepção baseia-se na idéia de que unidades espaciais podem ser reunidas em decorrência de determinadas características uniformes – geográficas, econômicas ou sociais – que levam à designação de “regiões homogêneas”, determinadas em torno de fatores geográficos (como a predominância de determinados recursos naturais, topografia e clima), de estruturas econômicas (produções semelhantes, padrões homogêneos de consumo, distribuição similar de força de trabalho) ou incluir variáveis, como atitudes sociais uniformes, uma identidade regional ou concepção política semelhante.

Essa visão tradicional entende, também, a região natural como:

[...] parte da superfície da terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em áreas dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciam ainda mais cada uma dessas partes (CORRÊA, 1995, p. 22-23).

Neste quadro epistemológico, Ratzel, precursor dessa corrente, atribuiu as desigualdades regionais às condições geográficas, conforme assinala Britto (1986, p. 2): “[...] os povos possuem em graus variados o ‘sentido do espaço’ e que torna alguns deles particularmente aptos à expansão, enquanto outros se mantêm inaptos”.

Ao determinismo geográfico de Ratzel, opunha-se, na França, no século XIX, Vidal de la Blanche, defensor da corrente “possibilista”, que focaliza as relações entre a natureza, fornecedora de possibilidades para que o homem a modifique, e a ação desse agente no seu meio, com seu acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes que lhe permitem utilizar os recursos naturais disponíveis. Nesta concepção, o homem é o principal agente geográfico.

A região na visão possibilista, conforme Corrêa (1995, p. 27), “é sem dúvida, uma região humana vista na forma de geografia regional que se torna seu próprio objeto. A região considerada é concebida como sendo, por excelência, a região geográfica”.

Balbin (1996, p. 162) discute que vários geógrafos, sobretudo os russos, acentuaram a necessidade da ordem hierárquica na definição e uso do conceito de região, inferindo que a análise estática, que permite o uso dos modelos hierárquicos, permite apenas a descrição de uma paisagem, lembrando uma taxonomia. Assinala, ainda, que o Método Regional, proposto por Hartshorne, busca superar essa característica por oferecer estudar as diferenças regionais, como objeto particular da geografia.

O Método Regional diferencia as áreas segundo a integração de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da Terra (corologia), evidenciando a necessidade de produzir um conhecimento sintético sobre diferentes áreas da superfície terrestre. A região, sob esta concepção, não passa de uma área que mostra em sua unicidade o resultado da integração da natureza única de fenômenos heterogêneos.

No início do século XX, a escola francesa desenvolveu o conceito de *pays*, que tinha como principal característica o modo de vida de determinadas localidades. Grigg diz que os *pays*

[...] eram, na maior parte, rurais, intocados pela industrialização, ainda pouco afetados pela revolução dos transportes e essencialmente locais. Existiam economias distintas caracterizadas pelos estilos de construções populares, particularmente maneiras de explorar fazendas e características de povoação (GRIGG, 1973, p. 7).

Segundo o mesmo autor, em 1916, Herbertson sugeriu que as regiões naturais podiam ser usadas como base para o estudo das sociedades, ou seja, a região geográfica seria a área em que a sociedade se ajustara ao ambiente físico e onde havia, em consequência, homogeneidade de características físicas e culturais.

Após a Segunda Guerra, nos meados da década de 50, sob a dinâmica da nova fase de expansão capitalista, nova divisão social e territorial do trabalho é considerada, promovendo a dissolução de regiões anteriores à guerra, e a ação humana constrói novas formas espaciais: rodovias, represas, etc, sob o signo da mudança no conteúdo e nos limites espaciais. Nesse cenário, o papel ideológico da “Nova Geografia” buscou justificar a expansão capitalista e valorizar as transformações que afetaram gêneros de vida e paisagens, mediante o discurso do desenvolvimento.

Isto porque as mudanças históricas apontaram novas direções alternativas ao positivismo na geografia: o intervencionismo crescente do Estado, utilizando o planejamento econômico, cujos componentes incluem o planejamento territorial, a mundialização da economia, a renovação das ciências e do pensamento filosófico. Ao conjunto, foram geradas a Geografia Pragmática (Nova Geografia) e a Geografia Crítica.

A Geografia Pragmática estabeleceu-se em resposta à necessidade de difusão do sistema de planejamento do Estado Capitalista. Sob essa ótica, a região era vista como criação intelectual balizada por propósitos específicos, como sistema abstrato de fluxos, cuja dinâmica era dada pela ação do planejador.

A Nova Geografia, conhecida também como Geografia Teorética ou Geografia Quantitativa, por utilizar técnicas estatísticas e outros meios, é uma vertente influenciada pela economia neoclássica e é calcada numa abordagem

locacional, fundamentada no positivismo lógico. Considera a região como um caso particular de classificação, a partir do emprego de técnicas estatísticas, desenvolvendo o conceito de organização espacial entendido como “padrão espacial” resultante de decisões locais. Esse enfoque, largamente utilizado em planejamento regional, permite estabelecer “regiões homogêneas” e “regiões funcionais”. A região seria um subsistema do sistema nacional e é dessa interpretação que emerge a nomenclatura dos “desequilíbrios espaciais”.

A região neste novo contexto, é definida como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares (CORRÊA, 1995, p. 32).

Foi sob essa concepção que se desenvolveu a teoria dos “pólos de desenvolvimento”, largamente utilizada por diferentes esferas de governo, nos seus Planos de Ação.

A contribuição de F. Perroux para a criação da “região econômica” considera as digressões dessa corrente, quando admite que o conceito econômico de espaço possa ser encarado como conteúdo de um plano, como campo de forças e como conjunto homogêneo, gerando três tipos de regiões econômicas: a região plano, que é um instrumento na mão de uma autoridade e resulta do arbítrio humano, uma vez que o espaço é submetido a uma decisão; a região polarizada que resulta da interdependência de várias áreas, sob influência da irradiação comercial das aglomerações urbanas; e a região homogênea, que corresponde ao espaço contínuo em que cada uma das partes que a constituem apresentam características que as aproximam umas das outras (ANDRADE, 1987).

A teoria das regiões nodais e dos pólos de crescimento estabelece relações entre espaços em um sentido unilateral de dominação, com o espaço polarizador. A região nessa concepção, segundo o mesmo autor, organiza-se em torno de um centro, que pode ser chamado de “pólo” ou “nó”, que não só polariza em torno de si, como domina e orienta a vida econômica da sua área de influência.

Por outro lado, como a região não pode ser considerada como uma área isolada, também sofre uma relação de dominação com as instâncias superiores nos planos financeiro e político, tendo em vista que, no plano administrativo, se constitui como um nível intermediário entre o poder central

e os organismos locais. Ela é o quadro territorial onde se aplicam as decisões dos planos de ação.

Nas décadas de 70 e 80, estudiosos consideraram a necessidade de repensar o conceito de região sob uma articulação dos modos de produção, por meio das conexões entre classes sociais e acumulação capitalista ou das relações entre Estado e sociedade local ou, então, pela dimensão política. O quadro teórico que dá respaldo às análises é a “lei do desenvolvimento desigual e combinado” de Trotsky, sob a nomenclatura da Geografia Crítica.

Esta geografia incorpora as premissas do materialismo dialético e histórico e propõe um conceito de região que seja capaz de apreender as diferenças e contradições geradas pelas ações dos homens ao longo da história, em determinado espaço (SILVA, 1990).

Com a contribuição dos estudos de Yves Lacoste, que considera as regiões como espaços políticos concretos por excelência, toma corpo o novo enfoque de valorização do espaço que é avaliado pelas determinações das relações de produção. Sob esse enfoque, calcado no materialismo histórico e na dialética marxista, a região é vista como “relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modela os grupos sociais” [...] “onde a organização espacial constitui parte integrante de uma dada sociedade” (CORRÊA, 1995, p. 21).

Nessa concepção crítica

o conceito de região é articulado à luz dos modos de produção [...] através das conexões entre classes sociais e acumulação capitalista, [...] por meio das relações entre Estado e a sociedade local; [...] ou então, introduzindo a dimensão política (CORRÊA, 1995, p. 41).

A corrente humanística, segundo Leite (1994, p. 26), defende que o conceito de região vai além da descrição de padrões espaciais, procurando ver relações dialéticas entre formas espaciais e processos históricos que modelam grupos sociais. Assim, a região é formada “por articulações específicas entre diversas variáveis como: população, seus ritmos e classes, as atividades, seus ritmos e classes, a base fundiária, as estruturas de capital e trabalho, os processos de comercialização, etc.”.

Já a Geografia Cultural centra suas preocupações nas análises das formas que a cultura de um povo cria na organização do seu ambiente. Para Carl

Sauer, precursor dessa corrente, entre o homem e a natureza se estabelece uma relação cultural, que também é política, técnica, etc.

Nessa perspectiva, “a região seria uma categoria espacial e socialmente diferenciada que responde diretamente às necessidades de reprodução cultural da sociedade” (LEITE, 1994, p. 24).

Fleming (1994) discute que estudiosos não geógrafos também podem fazer movimentos para identificação da área, sem se deter nos rituais culminantes da confecção de fronteira, em face do seu interesse mais na essência ou espírito da região que nas suas fronteiras. Em virtude dessa “invasão” no campo do saber geográfico, surgem os movimentos ligados ao regionalismo, via de regra, representações artísticas, literárias, novelísticas ou políticas, que se constituem, segundo Castro (1994, p. 165), em expressão política de grupos numa região, que se mobilizam em defesa de interesses específicos, frente a outras regiões e ao próprio Estado, vinculados a uma identidade territorial, em torno de questões e interesses de base regional, embora sua idéia-força possa ser explicitada como defesa da sociedade regional.

Vallega (apud BEZZI, 1996, p. 7), contrapondo-se às distintas concepções teórico-metodológicas, situa as contribuições das correntes na teoria geográfica:

Enquanto a região natural corresponde a uma explicação positiva, a região cultural relaciona-se à corrente possibilista; assim também a região funcional corresponde a uma posição funcionalista, enquanto a região polarizada a uma posição estruturalista e, por fim, a região organizada equivale a uma solução sistêmica.

Na década de 90, sob a égide da internacionalização do capital, da fragilização dos Estados-Nacionais, dos fenômenos da globalização e da reestruturação produtiva, o conceito de região tem tomado novos sentidos, sobretudo em um mundo submetido a “meios técnico-científico-informacionais”, segundo a concepção de Milton Santos (1999, 2001), para reconceptualizar a noção de espaço geográfico, diante da instrumentalização do mundo contemporâneo. O arcabouço dessa idéia está no estágio atual do capitalismo, quando a criação de novos processos de produção, aliando ciência e tecnologia com informação, permitiu o redimensionamento da utilização e funcionamento do espaço e promoveu a transformação paulatina do meio natural para um meio técnico, deste, para um meio técnico científico e,

atualmente, para um meio técnico-científico-informacional, em virtude das realizações tecnológicas e científicas que se constituem como um componente da força econômica e política do mundo.

Nesse contexto, “A região é identificada como uma construção, um edifício que se eleva a partir de fixos e fluxos no território, a partir do lugar” ou, citando Milton Santos, “as regiões são subdivisões do espaço: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local; são espaços de conveniência, lugares funcionais do todo, um produto social” (BALBIM, 1996, p. 165).

Contemporaneamente, Bezzi (1996, p. 240) destaca outras formas de interpretar a região, à luz da Geografia Humanística e Geografia Cultural, que se baseiam teoricamente na fenomenologia, ou de uma visão política, como meio de interação social, com base na idéia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas.

O trânsito pelos diferentes enfoques permite observar que a nova fase da geografia abandona a idéia de paisagem fixa, e os fenômenos passam a ser estudados em função das relações social e historicamente construídas. Constitui-se como uma geografia mais analítica, com a superação das descrições regionais e da reflexão sobre o objeto de estudo.

Nesta perspectiva, ressalta-se a explicação de um determinado fenômeno, segundo o ponto de vista da espacialidade, ou seja, a dimensão espacial da realidade social e o papel do espaço na (re)produção da vida humana (CARLOS, 1996, p. 21-22). A “região” torna-se, então, uma importante categoria, para que se possa compreender uma realidade particular dentro de um panorama global, onde as características históricas, aspectos culturais e outras conexões façam a diferença e sejam captados na totalidade do processo.

Para Milton Santos (1997, p. 48)

Num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos para reconhecer como a área se insere na ordem internacional, levando em conta o preexistente e o novo para captar o elenco de causas e conseqüências do fenômeno.

O espaço regional como território de exercício de poder

Desde os Impérios romano e persa, o estabelecimento de regiões esteve vinculado ao exercício do poder, quando foram criadas por ato político,

como unidades territoriais de ação e controle (*régio*, do verbo *regere* e *satrápia*, que significa, respectivamente, “governar ou reinar” e “olhos e ouvidos do rei”), para funcionalização do poder.

Durante o sistema feudal, as regiões tinham expressões nas marcas, nos ducados e condados.

A criação do Estado Moderno exigiu, do poder central monárquico, um esforço de conhecimento e apropriação do território, firmado na noção de unidade, com a finalidade de organizar, melhorar e uniformizar a gestão do território. Daí, foram engendradas operações, que tinham em comum assegurar ao poder do Estado uma forma de domínio sobre o espaço, que se concretizaram sob as modalidades de **viagem de Estado, inquérito e mapa**, para quantificação e mapeamento do território ora apropriado, imposto por questões econômicas, para homogeneização das ações, representando uma tentativa de esmagamento das culturas locais.

O “território do rei”, numa terminologia de Revel,¹

é ainda um símbolo forte. Mas foi também construído através de uma série de práticas e de representações que se inscrevem em durações diferentes, que obedecem a dinâmicas heterogêneas e, por vezes, contraditórias (SERPA, 2000, p. 2).

A viagem de Estado era uma estratégia de constituição e legitimação do poder do soberano pelo território e um intercâmbio contratual entre o rei e o reino: fazer o reconhecimento e fazer-se conhecer. Ao longo dos séculos em que foram realizadas, as modalidades das viagens sofreram transformações, à medida que incorporavam novos objetivos, novas formas de deslocamentos e novas tecnologias de informações.

Revel discorre sobre essas transformações na França:

Na mesma época [séc. XIX] o poder do Estado acaba de se laicizar, ao mesmo tempo em que tende a tornar-se mais impessoal, mais abstrato. O espaço francês, fixado daí para o futuro, reduz-se espetacularmente: o caminho de ferro, depois o avião, a fotografia e depois a imagem animada, a imprensa escrita, a rádio, a televisão aceleram-no e unificam o seu conhecimento (REVEL, 1989, p. 114).

¹ Informações retiradas de anotações da Disciplina “Educação e Territorialidade” – EDC-721, ministrada pelo Professor Felipe Serpa, no segundo semestre de 2000.

Mas, apesar das mudanças,

[...] a viagem tenha permanecido uma forma privilegiada que permite à soberania pública fazer-se reconhecer, construir a sua legitimidade e reforçar a sua autoridade em contato com o território nacional. [...] Assim, se perpetuou até às sociedades laicas de hoje a união simbólica do poder e do território (REVEL, 1989, p. 117).

O inquérito, que deu origem à estatística, tinha inicialmente a intenção de avaliar as potencialidades econômicas, focando na ação fiscal e orçamentária os levantamentos efetuados. Ao longo do tempo, a tarefa se tornou mais complexa, intermediada e assegurada por instituições regulares, permitindo determinar formas fiscais mais eficazes e de conhecimento do funcionamento do Estado.

O espaço seria, então, o próprio objeto de análise. A construção de um serviço central de estatística, que funcionava como observatório econômico e social, passa a ser inseparável do funcionamento do Estado Moderno. Para Revel,

Os dados que fornece tem apenas interesse porque estão vocacionados a serem agregados a nível nacional. O objetivo da Estatística Geral pressupõe espaço uniforme e impõe “desterritorialização da descrição do mundo social”(REVEL, 1989, p. 136).

Enfim, a iniciativa cartográfica torna-se um importante instrumento de poder, investido de uma dupla função: simbólica e prática. A representação do espaço mapeado confere a circunscrição de direitos dos dirigentes e a apreensão do espaço. Por outro lado, identifica-se com a expressão de vontade política e é utilizado como instrumento de propaganda ou para fins militares.

A partir da revolução industrial, o poder do Estado começa a ser medido pelo desenvolvimento industrial do país ou de certas localidades, determinando configurações espaciais fundadas na divisão internacional do trabalho e no processo de acumulação de capital. O poder financeiro e político passa a ser o fator fundamental nos processos de regionalização, inter e intranacionais, configurando divisões baseadas em critérios econômicos e criando diferenciações largamente utilizadas nos estudos de economia espacial, como conceitos de regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Para Kaiser (apud BALBIM, 1996, p. 164), “[...] a região é sempre o instrumento ou o

âmbito da dominação” que surge no discurso do Estado, para exercício do poder centralizado, que constrói uma imagem de diversidade para efeito de planejamento e controle.

Os “aparelhos do Estado”, no sentido de Althusser (1992), entre os quais a Universidade tem maior relevância, seriam os lugares privilegiados na relação sociedade civil e Estado, para reprodução e preservação da ideologia dominante e para efeito de controle.

Neste aspecto, a questão regional é necessariamente uma questão de Estado, tendo em vista seu caráter político de determinação e o assujeitamento às medidas de políticas públicas que afetam a economia nacional e a distribuição territorial da renda.

O planejamento econômico torna-se, nos últimos tempos, para as diferentes esferas de poder político, o principal instrumento de operacionalização do poder, tanto para recuperação de determinadas economias como para redução de disparidades entre regiões. Egler assim expressa a ação do Estado:

De um modo geral, esta “política intervencionista” constituiu um instrumento de atuação do Estado em diferentes nações do planeta, com diversos níveis de desenvolvimento econômico e social e distintos sistemas políticos, desde regimes democráticos de cunho social-democrata até militares autoritários. Algumas experiências, como por exemplo Cassa per il Mezzogiorno, criada no imediato pós-guerra para promover o desenvolvimento do Sul da Itália, foram reproduzidas em várias partes do mundo, servindo de modelo inclusive para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no Brasil (EGLER, 2001, p. 211).

Com o fenômeno da internacionalização do capital e a integração dos países nos fluxos internacionais simultâneos de mercadorias, investimentos e informação, também denominados mundo globalizado, as fronteiras que separavam as economias estatizadas foram dissolvidas sob o aspecto econômico, integrando diferentes localidades na economia mundial de mercado, criando, na contemporaneidade, um novo rumo nas discussões geográficas, geopolíticas, geoeconômicas e históricas e estabelecendo novos parâmetros de hegemonia de poder.

A formação de Blocos Econômicos e do Mercado Comum Europeu representa o esforço de regionalização no mundo contemporâneo.

A territorialidade do ensino superior

A territorialidade tem sido tema recorrente nas análises sobre espaços delimitados no mundo globalizado, pela necessidade de entender as diferenças, ali inscritas, como contraponto a uma ideologia homogeneizante de uma civilização planetária que seja síntese das várias civilizações do mundo contemporâneo.

A referência à territorialidade remete aos limites geográficos. Porém, o significado dessas fronteiras, as razões que levaram à imposição desses limites, a história que explica as iniciativas do Estado em estabelecer as fronteiras e sua manutenção são elementos relacionados à manutenção do poder.

Para Milton Santos:

[...] o sentido da palavra **territorialidade** como sinônimo de **pertencer àquilo que nos pertence...** esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS, 2001, p. 19, grifos do autor).

O papel da territorialidade se traduz na formação de processos identitários locais, considerando sua dinamicidade, pois os elementos que a constituem (o homem, o espaço) são suscetíveis de constantes variações no tempo. Esta característica, segundo Raffestin (1993, p. 160), confere à territorialidade a possibilidade de vivências por intermédio de um conjunto de relações emergentes de um sistema tridimensional – sociedade, espaço, tempo. Segundo o autor: “[...] a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas em seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal” (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

O uso do território objetiva a formação socioespacial e determina o arranjo espacial dos objetos e equipamentos necessários à organização das relações entre os indivíduos e destes com as instituições presentes no lugar, reunidos “numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições sociais e jurídicas e formas geográficas” (SANTOS, 1999, p. 272).

Para instalação de instituições de ensino superior em determinados locais, dada a sua natureza, são levados em consideração aspectos infraestruturais materiais e sociais, composição dos orçamentos públicos, estrutura de gastos públicos, impactos sobre comportamentos individuais e coletivos, sobre a economia, cultura, política e história locais. Isto porque esses espaços detêm a representatividade política e econômica e concentram os setores mais dinâmicos de influência no seu entorno, podendo gerar um fluxo multidimensional do “vivido” territorial pelos membros daquela localidade, criando sua territorialidade.

No processo de instalação de instituições universitárias em determinados espaços geográficos, estabelece-se um conjunto de interesses onde estão em jogo relações de poder e hegemonia, sob o ponto de vista político e econômico. Sob este aspecto, a Universidade torna-se um aparelho ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1992) e cumpre o papel de funcionalização do poder.

Quando instalada em determinada região, a instituição universitária ganha contornos socioespaciais pela incorporação do contexto local (econômico, político, cultural e histórico). Neste movimento, as instituições assumem importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento relacionados a questões específicas dos diferentes espaços regionais.

A Universidade tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos que a levam a ocupar lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico, graças às suas características como instituição com multiplicidade de funções, o que lhe exige adequação a dinâmicas sociais específicas, criando sentimento recíproco de pertença, no processo endógeno de influências.

Nesse sentido, a região de influência contribui sobremaneira para a sustentação das ações da Universidade, à qual cabe a função precípua de articulação entre o saber científico e a realidade, no mais amplo aspecto da sobrevivência da espécie humana.

À Universidade cabe a tarefa de conferir substância e consistência à idéia de universalidade, nutrindo-se das nuances das realidades particulares correspondentes à heterogeneidade de condições em que os homens histórica, econômica, política, cultural e socialmente se estabelecem. Admite-se com isto que a Universidade está plantada nas diferentes experiências vividas pelo homem, que formam o conjunto das experiências sociais.

Nesse sentido é que a região, entendida como uma dimensão particular da realidade, é recortada, a fim de que o conhecimento consubstanciado nas experiências seja universalizado.

Ampliar o foco das discussões sobre a crescente importância das instituições regionais e seus resultados em aportes para o desenvolvimento regional não reduz a problemática da educação superior a situações locais nem diminui a urgência de se encontrarem soluções para os grandes e estruturais problemas enfrentados pelo Ensino Superior no país.

UNIVERSITY AND REGION

Abstract: This paper has the objective of making some comments concerning the role that universities play in the regions in which they are located, taking into consideration the importance and actions that they take when engaged with the local reality that they serve, creating their territoriality. Based on the concept of the term “Region”, which is discussed under different theoretical approaches, and on the use of the regional space as an exercise of power, one can infer that the materiality of the ‘regionalization’ is obtained from criteria that show the possibility of operation of specific politics and planned interventions. The university is the privileged place in the State and Society relation for the reproduction and preservation of the dominant ideology. The universities are identified with the regional profile as an anchor to the academic-institutional projects directed toward the construction of knowledge entailed to the local reality, but without losing the universal values.

Keywords: University. Region. Territoriality. Higher Education. Regional criteria.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

BALBIM, R. N. Região, território, espaço: funcionalização e interfaces. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea**: Milton Santos obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 160-169.

BEZZI, M. L. **Região**: uma re(visão) historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. 1996. 377 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 1996.

- BRITO, L. N. de. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986.
- CASTRO, I. E. de. Visibilidade da região e do regionalismo: a escala brasileira em questão. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. (Org.). **Integração regional e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 155-169
- _____; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CORRÊA, R. **Região e organização espacial**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Coleção Princípios).
- EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 207-238.
- FIALHO, N. H. **Universidade multicampi: modalidade organizacional, espacialidade e funcionamento**. 2000. 393 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- FLEMING, D. K. O ritual da regionalização. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 238, p. 5-17, jan./fev. 1994.
- GRIGG, D. Regiões, modelos e classes. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 234, p. 1-146, maio/jun. 1973.
- ICÓ, J. A.; FIALHO, N. H. Universidades estaduais, emprego e desenvolvimento. **Revista Baiana de Tecnologia TECBAHIA**, Salvador, v. 14, n. 3, p. 112-117, 2000.
- LEITE, M. Â. F. P. **Destruição ou desconstrução?** São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1994.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- REVEL, J. **A invenção da sociedade**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade).
- SANTOS, M. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Território e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERPA, L. F. P. **Educação e territorialidade: pedagogia da diferença**. Salvador: Faced/Ufba, 2000. 20 p. Disciplina EDC-721

SILVA, M. A. da (Org.). **República em migalha: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVEIRA, R. M. G. Região e história: questão de método. In: SILVA, M. A. da (Org.). **República em migalha: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

Artigo recebido em: 30/05/2005.

Aprovado para publicação em: 01/08/2005.